

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Um conjunto de Estados-Membro da União Europeia, Alemanha, França, Bélgica, Espanha, Holanda, Luxemburgo, Irlanda, Dinamarca, Finlândia, Suécia, Lituânia, Letónia e Estónia assinaram uma declaração europeia de condenação pelas limitações impostas pelo governo da Hungria aos direitos sexuais e à liberdade de expressão, tendo o Governo Português recusado assinar a referida declaração.

A legislação húngara proíbe a “promoção da homossexualidade”, uma posição que atenta contra os direitos humanos, os valores europeus da liberdade, tolerância, humanismo e respeito pela dignidade da pessoa humana.

Segundo a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Ana Paula Zacarias, Portugal não se associou a esta declaração devido ao “dever de neutralidade” que decorre da circunstância de se encontrar neste momento na Presidência do Conselho da União Europeia.

Espera-se que a Presidência do Conselho da União Europeia, em mãos Portuguesas até ao final do presente mês de junho, defenda a liberdade, os direitos humanos e a expressão de todas as pessoas, pelo que os Deputados abaixo-assinados entendem que não há neutralidade possível quando se trata de defender a dignidade e visibilidade de todas as pessoas, independentemente da sua orientação sexual, nem quando se trata de marcar uma posição contra a homofobia e a discriminação.

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, classificou hoje a lei húngara contra “promoção” da homossexualidade em menores de 18 anos como “uma vergonha”, informando que a Comissão Europeia expressará à Hungria as suas “preocupações legais”.

A posição do Governo Português é, desta forma, incompreensível e hipócrita. Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm requerer a V. Exa as diligências no sentido de obter resposta às seguintes questões por parte do Governo Português:

1. Reconhece o Governo Português que a defesa dos direitos humanos e o princípio da não discriminação em função da orientação sexual das pessoas são valores fundamentais do projeto Europeu?
2. Considerando que o respeito pela liberdade, tolerância, diversidade e pelos direitos humanos são parte crucial dos valores europeus, e estando Portugal na Presidência do Conselho da

União Europeia, não seria de esperar que subscrevesse uma declaração que defende estes valores?

3. Não é o alegado “dever de neutralidade” contrário aos valores europeus?
4. No próximo dia 30 de junho cessa a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, pelo que é de supor que no dia seguinte, dia 1 de julho de 2021, Portugal assinará a referida declaração?

Palácio de São Bento, 23 de junho de 2021

Deputado(a)s

ALEXANDRE POÇO(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

ANDRÉ NEVES(PSD)

SOFIA MATOS(PSD)